

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 08
DE AGOSTO DE 2022 -----**

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: --- Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Diana Catarina Rodrigues Monteiro, Sílvia Maria Paiva Massano Carona Leitão, Isabel João Farinha dos Reis Pereira, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Maria Adelaide Veloso Lucas Queiroz de Campos, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e seis sete minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Diana Catarina Rodrigues Monteiro e Vítor Manuel dos Santos Amaral.

Não votaram os Senhores Vereadores Sílvia Maria Paiva Massano Carona Leitão, Isabel João Farinha dos Reis Pereira e Maria Adelaide Veloso Lucas Queiroz de Campos, por não terem participado em dita reunião. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. -----

No que diz respeito ao período Antes da Ordem do Dia, algumas notas a salientar: ao fim de catorze anos, as Festas da cidade regressaram em grande à cidade mais alta. Entre vinte e nove e trinta e um de julho, a Guarda foi palco de muita música, animação, vida e movimento, recebendo milhares de pessoas que quiseram marcar presença na iniciativa. Miguel Araújo, Diogo Piçarra, Apryl Ivy, Ana Malhoa,

Jimmy P, Piruka e Insert Coin, foram os destaques da programação que atuaram no “Palco Ao Largo” localizado no Largo do Mercado Municipal. No “Palco Aos da Guarda”, situado no Largo João de Almeida, atuaram dez grupos de música tradicional portuguesa do concelho. À música nacional e regional juntaram-se as diversas atividades desportivas que decorreram no Jardim José de Lemos e na Torre de Menagem, como escorregas com água, matraquilhos humanos e aulas com ginásios. -----

Um outro ponto: a Câmara da Guarda e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana assinaram um Acordo de Colaboração que visa um investimento superior a 6,7 milhões de euros em habitação social na Guarda. Este acordo, assinado ao abrigo do “1.º Direito - Programa de Apoio de Acesso à Habitação” e homologado pela Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves, vai beneficiar mais de trezentas e trinta pessoas que constituem cento e nove famílias, sinalizadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município. O edil guardense, Sérgio Costa, afirmou que “este investimento será uma verdadeira revolução no panorama da habitação da Guarda”. Nesta ocasião foi ainda assinado um Contrato de Participação com a CERCIG, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. A Secretária de Estado da Habitação destacou a importância dos dois contratos assinados e salientou que este Programa de Apoio à Habitação deverá ser “visto como perene, que fica no tempo, que se adequa àquilo que é a realidade de cada momento e que responde às necessidades a cada momento”. A cerimónia decorreu no passado dia vinte e oito de julho, nos Paços do Concelho. -----

Outro ponto: o Presidente da Câmara da Guarda, Sérgio Costa, acompanhou no dia trinta de julho, a visita da Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, ao Centro de Meios Aéreos da Guarda. Esta visita teve como objetivo saudar os elementos do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais e o seu labor nos incêndios que deflagraram no concelho durante o mês de julho. Participaram neste

encontro a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Bombeiros da Guarda, Gonçalo e Famalicão da Serra, Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR, Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR, Dispositivo Territorial da GNR e da PSP e Sapadores Florestais do ICNF. -----

O Festival de Blues está de regresso à Guarda e este ano acontece no coração da cidade mais alta, a Praça Luís de Camões. Entre onze e catorze de agosto, o centro histórico da cidade vai receber um concerto por noite com uma programação com diferentes estilos de Blues. O cartaz conta com Vanessa Collier (US) dia onze, Peter Storm & The Blues Society (PT) no dia doze, The Cinnelli Brothers (UK) feat Danny Del Toro (ESP) dia treze e Mingo, Sanpa & The Barez Bros (ES) no dia catorze. Todos os concertos do festival decorrem na Praça Luís de Camões e têm início marcado para as vinte e uma horas e trinta minutos, sendo que a entrada é livre. O evento é realizado numa parceria do Município da Guarda e a conceituada Associação BB Blues Portugal, prestigiada associação de Blues com filiações no Estados Unidos e na União Europeia. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora”. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:**” Bom dia a todos. -----

Senhor Presidente, a Câmara Municipal vai investir seis milhões e setecentos mil euros em habitação na cidade da Guarda, desse valor, qual é a percentagem que a Câmara Municipal investe desse total. -----

Ao abrigo do Programa “Primeiro Direito”, a Câmara Municipal celebrou um Protocolo com o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), solicito que me seja facultado dito Protocolo o documento. -----

Relativamente à Estratégia Local de Habitação da Guarda, já aprovada em Reunião de Câmara, constatei que a mesma não foi ainda disponibilizada no site da Câmara Municipal, e parece-me importante, até dada a natureza do documento, a sua colocação no site. -----

Ausência de coesão no que diz respeito aos Santos Populares, comemorados individualmente em cada bairro, mas sem a festa na globalidade. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, Senhores Vereadores”. -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Muito bom dia.-----

Senhor Presidente, em primeiro lugar, e recordando que oportunamente aprovamos uma Proposta relativa à aquisição de prédios Urbanos e posteriormente aprovamos uma ratificação a dita Proposta, gostaríamos de saber qual é, afinal o valor da Proposta de aquisição dos prédios urbanos, uma vez que, a Câmara Municipal da Guarda, ao fazer a Proposta, avançou com um valor, mas posteriormente aprovamos uma retificação a essa mesma Proposta, desconhecendo o valor da mesma.-----

Relativamente às Festas da Cidade, gostaríamos de saber se o atual modelo veio para ficar, na forma em que está a ser realizado, ou se se trata de uma experiência na procura de um outro modelo mais adequado, e, sendo o modelo atual para ficar, se se trata de um modelo evolutivo, a melhorar ao longo do tempo, ou se se vai manter sempre este mesmo modelo, com as mesmas características. -----

Ainda sobre este assunto, constatei que os espetáculos com os grupos musicais do concelho, na “Praça dos Táxis”, frente à Misericórdia, se encontravam quase desertos e com pouco público. Pergunto, se a localização, o espaço e o horário, foram tidos em conta, e mesmo, se houve a adequada divulgação dos espetáculos. -----

Não posso ainda, deixar de recordar que o período das festas foi coincidente com outros festivais de cultura popular, como foram o caso dos festivais em Gonçalo e em Videmonte, e como tal, as festas da Cidade acabaram por retirar público a estes outros festivais.-----

Senhor presidente, aproveito também para perguntar, para quando a apresentação do Plano Municipal de Cultura. -----

Ainda relativamente às “Festas da Cidade”, as mesmas foram apresentadas aqui, pelo Senhor Presidente como sendo “o melhor cartaz da zona centro”. Será que o cartaz apresentado para as festas da Cidade era mesmo o “melhor cartaz da zona Centro”, isto, comparativamente a outros cartazes divulgados”. Obrigado. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, Senhora Vereadora”.-----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Bom dia a todos, gostaria de me apresentar, o meu nome é Sílvia Massano uma vez que é a primeira vez que me apresento nesta Assembleia, em substituição da Senhora Vereadora Lucilia Monteiro”. -----

Senhor Presidente, queria aqui solicitar um conjunto de esclarecimento. -----

O primeiro prende-se com a rede de transportes rodoviários urbanos, isto porque, têm chegado ao meu conhecimento reclamações de utentes, que comprem o passe mensal para se poderem deslocar, e, não são raras as vezes que o autocarro ou não cumpre o horário estabelecido, ou simplesmente não aparece. Os cidadãos têm reclamado, mas o que é facto, é que ninguém se responsabiliza por estas faltas e são os utilizadores desses serviços que suportam, no início do mês, um encargo para o qual há falhas reiteradas no serviço.-----

O segundo, é relativo ao incêndio que lavra a Serra da Estrela. Pergunto, o que é que o município fez, ou tem feito, no que diz respeito a esta temática, atendendo a que se trata de um incêndio que se encontra muito próximo da Guarda.-----

Pergunto, já houve contactos com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, no sentido de estar a par da situação e de lhe manifestar o apoio que for necessário, aproveitando ainda, para sugerir, se assim me for permitido, o envio de um Voto de Conforto, até, pela gravidade da situação. -----

Um último assunto, atendendo às notícias que nos chegam sobre o funcionamento do Hospital Sousa Martins, é o “estado da "saúde" na Guarda”. -----

Sobre o mesmo, gostaríamos de ser esclarecidos quanto, ao ponto em que está a criação do Conselho Municipal da Saúde, e o que este Executivo tem feito a este respeito, até porque este foi um dos pontos da campanha do atual Executivo. -----

Muito obrigada.-----

- Sérgio Costa, Presidente: ”Muito Bem.-----

Senhora Vereadora, o investimento dos seis milhões e setecentos mil euros, correspondentes ao valor do investimento projetado pela Câmara até ao momento, vão ser comparticipados a cem por cento através do PRR através do IHRU. -----

Quanto à questão do Protocolo com o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) ao abrigo do Programa “Primeiro Direito”, o que acontece é que se desconhece o valor final da candidatura, cujos valores poderão sofrer acertos dado que não é estático em razão dos agregados familiares apoiados, pelo que, o Protocolo poderá ainda não refletir os valores finais.-----

Relativamente à questão da publicitação da Estratégia Local de Habitação no site do Município, o senhor Chefe de Divisão vai tomar a devida nota e vão ser dadas indicações para que o documento seja disponibilizado de imediato. -----

Senhor Vereador, relativamente à aquisição dos prédios urbanos, como se recorda a proposta que foi aqui aprovado era uma Proposta com um valor devidamente identificado, conforme referiu, contudo, os serviços constataram que o valor não seria o correcto, seria até menor, pelo que foi trazida à Reunião de Câmara a rectificação do valor. -----

Na realidade, o apuramento real desse valor só é possível após a realização de uma série de procedimentos internos, por parte do Conselho da Santa Casa da Misericórdia, procedimentos esses em curso, pelo que, só nessa data será possível indicar qual o valor da correcto de aquisição dos mesmos, e aí o assunto será novamente trazido à Reunião de Câmara, para conhecimento. -----

Relativamente às festas da Cidade, o modelo é para manter, sem qualquer dúvida, é um modelo que cumpriu os objectivos e cuja realização, pelo menos em algumas das suas vertentes até poderá vir a ser realizada noutros locais e sem barulho, portanto, este modelo, acho que é muito interessante. E este é um modelo que efetivamente veio para ficar e o senhor Vereador pode ..., se ouviu uma parte da minha intervenção, ou então a comunicação social pode só ter passado uma parte da minha intervenção. O modelo veio para ficar, eu não falei em locais. O modelo será este, enquanto nós aqui estivermos, é este que será o modelo. Os locais, olhe veja só, e catorze anos depois já não havia nenhuma experiência sobre a realização das Festas da Cidade, ainda para mais em outros locais. Em plenas Festas da Cidade nós até mudamos, a senhora Vereadora deu indicação para se mudar os matraquilhos humanos. Mudou-se de local em plenas Festas da Cidade, para poder ter mais público e assim foi feito. -----

E essa questão da Misericórdia que falou e que eu em parte concordo, nós mesmo durante..., mais a senhora Vice-Presidente fizemos essa avaliação, aliás, não só naquele espaço, mas noutro também, por causa das horas de calor, da afluência das pessoas, da animação, do espaço e, portanto, o modelo será este. Os locais podem às vezes não ser estes. Portanto, mas o modelo é este e veio para ficar, aliás e resulta, o modelo resulta, sem embargo de haver sempre, tal como eu disse à comunicação social, algumas afinações. Sejam elas de locais, sejam elas de tipo de espetáculo, ou “tipo de palco” ou os horários ou o que for, mas este, de uma forma global, é o modelo que veio para ficar, e senhor Vereador, isto faz parte da cultura popular. Isto é também política cultural, isto é também a cultura, é uma parte da nossa cultura, e quem disser o contrário não está a raciocinar bem, estamos todos de acordo. -----

E no que diz respeito à questão da, digamos da coincidência com os festivais de cultura popular de Gonçalo e com Videmonte. Nós estivemos nos festivais, pode-se dizer isso e é legítimo que as pessoas, que se possa dizer isso, que esta coincidência retira públicos de um lado para o outro. A nossa opinião é que não retira. Nós tivemos lá em vários momentos, e não retirou públicos, antes pelo contrário, aliás. Em Videmonte, infelizmente retirou públicos, mas foi porque a tradicional caminhada que leva muitas pessoas a Videmonte, não se pode realizar, por força do risco de incêndio, e que estavam proibidas as caminhadas. -----

Isto não quer dizer que não tenham de ser feitas afinações nos calendários. Sempre que possível, e é isso que nós defendemos, aliás, e isto aconteceu durante muitos e muitos anos. Sei lá nos últimos vinte anos, nos últimos trinta anos, ninguém quer fazer coincidir datas. Antes pelo contrário, se o Município está a apoiar certa e determinada iniciativa, interessa é crescer e não fazer diminuir uns aos outros e, portanto, é esse caminho que nós estamos a fazer, evitando ao máximo que, toda e qualquer iniciativa apoiada pelo Município, que possa coincidir em simultâneo. Mas há uma coisa que nunca ninguém conseguirá ultrapassar, que são as festas e as romarias nas aldeias, que continuarão a existir, felizmente puderam regressar este ano, e certamente durante muitos e bons anos, e coincidem com estas datas, e contra isso não podemos estar, antes pelo contrário. -----

No que diz respeito a questão do ..., ainda voltando aos festivais no mundo rural, nós até o dissemos, há uns meses que vamos duplica-los, vamos duplicar, achamos nós que é uma marca muito importante para o nosso território e, portanto, a nossa pretensão é duplicar, nós já o dissemos, há vários meses e voltamos a referir quantas vezes forem necessárias, queremos duplicar estes festivais, e se necessário for até visitar o modelo de alguns, digamos assim, que existem atualmente. -----

No que diz respeito ao maior cartaz da Região Centro, senhor Vereador se não formos nós a defender a nossa terra quem é que a vai defender?” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “(....).” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então é assim, é a tal autoestima, temos que dizer que nós somos os melhores. É claro que, se nós gastássemos o dobro do dinheiro, às vezes, gastar o dobro do dinheiro não quer dizer que tenhamos o melhor cartaz, ou que tenhamos as melhores festas, às vezes não é isso.” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “(…)” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas posso dizer-lhe que nós temos dos melhores cartazes da Região Centro. Estou seguro daquilo que estou a dizer, e tenho assistido à distância a muitos que têm ocorrido. -----

Senhora Vereadora Sílvia Massano, permita-me, senhora Vereadora em substituição, permita-me. No que diz respeito aos transportes públicos, é um problema com que nós nos deparamos diariamente. Não sei se sabe, se acompanhou o processo dos transportes públicos, nos últimos dois anos, na Câmara da Guarda. Provavelmente já não está recordada. Mas, esta é uma adjudicação que veio do anterior Executivo, foi ainda, depois de um processo de cerca de um ano, se não foi um ano, para lá caminha, do Tribunal de Contas, com dúvidas e com mudanças de adjudicações impostas pelo Tribunal de Contas, a nova empresa que tem neste momento, terá quatro meses para entrar em funções, sensivelmente, a nova empresa, do novo concurso, e aí esperamos..., porque aquele que está acontecer neste momento, este ajuste direto que foi feito de meio milhão de euros há um ano e meio atrás, sensivelmente, talvez nem tanto, tem falhas constantes e nós esperamos que entre rapidamente em funcionamento o novo concurso, que entre em ação o novo concurso, para que estas e outras questões sejam definitivamente melhoradas e resolvidas. Entre outras, porque vai ter que haver um processo de revisitação dos locais das paragens, dos horários, das rotas, tudo isso, e esperemos que a nova empresa entre o quanto antes para que tudo isso possa ser alterado e melhorado, indo ao encontro assim, aquilo que é a ambição e a necessidade da nossa população. Deixe-me só terminar e depois no fim já poderá falar. -----

Sobre a questão do Concelho Municipal de Saúde, não é assim em termos legais que se pode falar, Conselho Municipal de Saúde, terá outro nome, o Regulamento está na fase final da sua criação, este Regulamento novo e há de vir, um dia destes, aqui à Reunião de Câmara para se abrir o procedimento para a criação deste “Conselho Municipal da Saúde”, para que possa aqui ser discutido, analisado, e depois a discussão pública e depois possa ir a Assembleia Municipal, e portanto, esperemos que nas próximas semanas ele possa vir aqui para essa boa análise. -----

No que diz respeito ao incêndio no Vale Glaciar, ainda ontem ao final do dia falei com o meu colega de Manteigas, estive com ele ao telefone, a prestar a minha solidariedade, naturalmente, mas não cabe ao Município da Guarda intrometer-se em assuntos que não são do seu território. Isto tem a haver com o respeito para com os seus parceiros, porque senão, nós teríamos que falar também sobre o incêndio que já decorreu, e grande, em Pinhel, e também com a Covilhã, e com outros Municípios à volta. É claro que tudo isto há de ser falado na reunião que nós teremos amanhã da Comunidade Intermunicipal, entre outros fóruns, mas no que diz respeito a apoios, senhora Vereadora, pode ficar com este apontamento, que o ICNF já está em campo, aliás fruto da alteração legislativa, é uma obrigatoriedade legal, sempre que há incêndios, haver um programa de regeneração da paisagem, entre outros. E, portanto, o ICNF, eles é que irão comandar a necessidade da recuperação das áreas ardidas. Recuperação ou intervenção pós incêndio, portanto, é o ICNF que irá estar em campo. Já tivemos, a semana passada até uma reunião, no que diz respeito aos incêndios, aos fogos do Município da Guarda, e é isso que, naturalmente, irá acontecer com o incêndio da Covilhã/Manteigas e esperemos que rapidamente seja posto fim aquilo que é uma tragédia, naturalmente. Sempre que há um incêndio, à uma tragédia, digamos assim.” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Naquela zona...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ia referir alguma questão?” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Sim, ia referir, em relação ainda aos transportes públicos, que me esqueci de referir há pouco, não sei se isto é habitual ou não. É verdade pronto só queria, um bocadinho validar se esta informação, se correspondia ou não à verdade, que é: como sabe, em algumas aldeias aqui à nossa volta que há uma comunidade estudantil, pronto. Umhas aldeias terão mais, outras terão menos estudantes. É verdade que fora da época escolar que não existe rede de transportes para essas aldeias?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não sei! Temos que perguntar à Comunidade Intermunicipal. Senhora Vereadora, peço-lhe que tome nota e verifique, já agora um caso concreto”. -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Tenho um caso concreto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Diga por favor.” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Tenho um caso concreto dum colega da minha filha, que precisava de ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas em que aldeia?” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Ai meu Deus ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Precisamos de saber qual é que é a aldeia em concreto.” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Qual é a aldeia, eu ainda lhe digo hoje.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se fizer o favor.” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Ainda lhe digo hoje, que me esqueci.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se fizer o favor, que é para nós questionarmos a Comunidade Intermunicipal que é quem gere os interurbanos, aliás posso dizer que a Comunidade Intermunicipal, vem arrastando no tempo um Concurso Público Internacional, já se arrasta há, daqui a pouco, há três anos.” -----

- **Vitor amaral, Vereador:** “Três anos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Daqui a pouco há três anos. Para poder ultrapassar muitas dificuldades que existem neste momento nos transportes nas nossas aldeias e

muitas delas já não são só do nosso Concelho, são as rotas que são intermunicipais e, portanto, nós já demos o nosso parecer, esperamos que a Comunidade Intermunicipal possa abrir esse Concurso o quanto antes, a menos que outra decisão possa existir em sede do Concelho Intermunicipal. Mas é uma preocupação que todos acompanhamos, naturalmente, mas depois faça-nos chegar ...” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Faço.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... a aldeia que é, para nós podermos fazer essa verificação, porque há aqui uma questão, é que não pode haver transportes diariamente se não houver clientes. Isto é aquela associação, e por isso é que este novo Concurso, esperemos que venha por fim a muitas das dificuldades. E tudo isto aconteceu, porque os modelos que ao longo dos anos foram evoluindo dos transportes, perdeu-se o efeito escala. Todos nós recordamos que havia a Rodoviária Nacional, nos anos setenta, oitenta, e depois começou a ser partida a Rodoviária Nacional. E quando havia efeito escala, que havia apenas uma única operadora pública, e depois começaram a haver outras, como a Joalto, mas havia o efeito de escala e conseguiam partir os custos pelo território. Neste momento, bom, há dezenas e dezenas de operadoras no País, e é claro que sabemos bem onde é que está a escala, estão nos grandes centros urbanos do País, está na grande área metropolitana de Lisboa, do Porto, de Aveiro, de Braga de Setúbal e, portanto, nós padecemos desse mal e temos que continuar a contrariar todos os autarcas desta faixa mais raiana do País. Infelizmente é essa a dura realidade, embora tenham existido, de uma forma muito miúda alguns apoios do estado Central, previstos na legislação, mas são sempre insuficientes. Posso dizer até que nos últimos meses, perdão, desde o início do ano, assim e que é, os custos dos transportes aumentou um terço, dos interurbanos, aumentou um terço e vamos ver, isto já foram os preços que as operadoras fizeram refletir junto da CIM, da Comunidade Intermunicipal, e vamos ver onde é que isto vai parar, se é que vai parar este descalabro, o que é terrível ...” -----

- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Mas isso, essencialmente, por causa do preço dos combustíveis também.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Naturalmente.” -----
- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Também reflete.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas alguém tem que pagar isto.” -----
- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Pois exatamente.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “E nós Município, temos tido custos muito acrescidos em relação a esta matéria. E, portanto, é uma matéria que a todos nos preocupa, mas depois faça-nos chegar se fizer o favor.” -----
- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Sim farei.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “... a aldeia em causa.” -----
- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Só mais uma questão, senhor Presidente. Quando é que poderemos ter acesso a esse documento da saúde.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Quando vier à Reunião de Câmara.” -----
- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Muito bem, mas tem uma data prevista?” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nas próximas semanas.” -----
- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Para eu estar a ...” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não temos. Nas próximas semanas virá. Assim que estiver o documento estabilizado virá à Reunião de Câmara para discussão.” --
- **Sílvia Massano, Vereadora:** “Muito bem.” -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- Auto de Receção Provisória referente à empreitada: “Reabilitação dos Espaços Públicos na Rua Cândido Dias Lopes – Bairro S. Miguel.” -----
- Alteração n.º 4 às Grandes Opções do Plano (G.O.P.) de 2022. -----
- Alteração n.º 4 ao Orçamento da Despesa de 2022. -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Procedimento Regulamentar para Aprovação da Revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior

do Município da Guarda - Projecto a Submeter a Discussão Pública. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n° 48/2022

(Mandato 2021/2025)

Considerando que: -----

1. A Câmara Municipal da Guarda, ao abrigo do previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), em sua reunião ordinária do dia 10 de dezembro de 2021, decidiu desencadear o procedimento de revisão do “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda”, tendo então sido deliberado, entre os demais aspetos previstos legalmente, que a constituição de interessados e a apresentação de contributos deveria processar-se no prazo de 10 dias úteis contados a partir da referida deliberação, por meio de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, por carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, neste caso endereçado para geral@mun-guarda.pt. -----
2. Decorrido aquele período, constatou-se a ausência de qualquer constituição como interessado e, concomitantemente, a ausência de apresentação de contributos.
3. Pelo que também não houve lugar à audiência de interessados, na medida em que aquela pressupõe a existência destes, pelo que a participação só estará assegurada mediante a realização de consulta pública.-----
4. Por se tratar de regulamento externo e de execução continuada, cujo objeto reveste importância para uma quantidade significativa da população estudantil do Ensino Superior, está-se perante matéria cuja natureza exige a realização da consulta pública do projeto regulamentar, nos termos plasmados no artigo 101.º do CPA. ----
5. A nota justificativa que acompanha o projeto, e que o integra, contém a necessária ponderação dos custos e benefícios, espelhando a bondade do mesmo, do ponto de vista legal, mas também do ponto de vista do seu mérito, como previsto no artigo 99.º do CPA. -----

6. Assim, porque a participação se efetiva perante o modelo da consulta pública, a Câmara Municipal deve aprovar o projeto e submetê-lo a consulta pública.-----

Nessa conformidade:-----

Considerando todo o exposto, reunidas que estão as condições para proferir decisão, e atento o poder regulamentar conferido aos municípios pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto no n.º 7 do seu artigo 112.º, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se digne submeter ao digno Órgão Executivo a aprovação do projeto regulamentar em anexo e posterior submissão do mesmo a consulta pública, ao abrigo e nos termos consignados nos artigos 99.º e 101.º do CPA, e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”-----

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto um, senhora Vereadora”.-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:**” (...)”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Só ligar, se fizer o favor.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Sim. Não temos nada de especial a dizer sobre a situação. É uma aprovação de um Regulamento que está feito e que cumpre, aparentemente, tudo aquilo que são as normas e as exigências de uma situação dessas.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem.”-----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “De acordo.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

Ponto 2 - Celebração de Protocolo Tripartido de Atribuição de Terceira Equipa de Intervenção Permanente à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Egitanenses.-----

Sobre este assunto foi presente uma Proposta da Presidência do seguinte teor:-----

Considerando que: -----

A atividade de proteção civil tem caráter permanente e multidisciplinar, exercendo-se em diversos domínios, nomeadamente, na análise avaliação e gestão de riscos, informação e formação ao público e planeamento de emergência.-----

A prossecução das atividades de proteção civil a nível municipal se encontra regulada pela Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, estando previsto o objetivo de mitigar na área do município os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências, bem como socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público.-----

O Governo preconiza o reforço da profissionalização dos Bombeiros, promovendo o desenvolvimento gradual das Equipas de Intervenção Permanente (EIP), em parceria com os Municípios e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, de modo a assegurar a cobertura do território do Continente de forma ajustada ao risco.-----

As EIP asseguram o socorro e a emergência na área do respetivo concelho. -----

No concelho da Guarda estão constituídas duas EIP nas Associações Humanitárias de Bombeiros Egitanenses, de Gonçalo e de Famalicão da Serra, sendo os custos decorrentes da remuneração dos elementos que as integram comparticipados em partes iguais pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e Município da Guarda, conforme previsto no artigo 17.º da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro.-----

O Despacho da Secretária de Estado da Administração Interna n.º 5899/2022, de 13 de maio, permitiu a candidatura das Associações de Bombeiros Voluntários existentes no concelho da Guarda à constituição de novas EIP, sendo que foi

aprovada a constituição de terceira EIP na Associação Humanitária de Bombeiros Egitanenses.-----

A remuneração base mensal dos elementos que integram as EIP é estabelecida no montante de setecentos e cinquenta e sete euros e um cêntimo (757,01 €), sendo atualizado em conformidade o suplemento mensal de chefia, mediante a aplicação de um acréscimo de 25% sobre o valor base.-----

O valor das remunerações tem dotação na rubrica orçamental 0102/040701 e GOP 1 2.1 2022/5015.-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:-----

Celebrar protocolo tripartido com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Egitanenses, para constituição de terceira EIP, cuja minuta se anexa, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e alínea o) do nº 1 do artigo 33º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas alterações legais, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.”-----

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto dois, senhora Vereadora?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Em relação ao ponto dois, em relação ao Protocolo Tripartido para a terceira equipa de intervenção permanente, eu penso que isto é um ganho enorme para a Guarda. Existem outros pontos que têm duas equipas, sendo certo que a nossa área de influência, o nosso grupo de pessoas é substancialmente maior e, portanto, parece-nos de toda a importância, de toda a virtude, digamos assim, termos conseguido esta situação.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores”.-----

- **Vereador Vitor Amaral:** “De acordo”.-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

Ponto 3 - Localização e Funcionamento da Feira Anual de São Francisco e da Feira Quinzenal. -----

Sobre este assunto foi presente uma Proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 235 /2022

(Mandato 2021-2025)

Enquadramento: -----

A feira anual de S. João realizada no passado dia 24 de junho nos parques de estacionamento do Parque Pólis obteve uma apreciação muito positiva pelos feirantes relativamente à localização. No inquérito realizado no dia da feira, perante a questão sobre qual o melhor local para a realização da Feira de São João, 92% dos feirantes elegeram o Parque Pólis em detrimento da Avenida Cónego Álvaro Quintalo da Cunha. -----

No inquérito foram salientados como pontos positivos por parte dos feirantes a ótima localização, o piso, a proximidade das casas de banho, o acesso ao espaço por pessoas com mobilidade condicionada, a segurança no que se refere à pronta prestação de socorro e ainda a limpeza. -----

Proposta: -----

Tendo em conta o grau de satisfação dos feirantes e do sucesso atingido na feira de São João, tenho a honra de remeter a presente proposta à reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

1. Que a Feira de São Francisco a decorrer no próximo dia 04 de outubro se realize no Parque Pólis. -----

2. Que a Feira Quinzenal realizada na encosta Norte se transfira, a partir da realização da Feira de São Francisco, também para o Parque Pólis.-----

3. Que a organização e funcionamento da Feira anual de São Francisco decorram nos seguintes termos: -----

3.1. Inscrições preferenciais a feirantes que pagaram o lugar na Feira de S. João de 2022. -----

3.2. Inscrições a outros feirantes que fazem parte da listagem de feirantes da Feira de S. João 2022 até ao limite dos lugares disponíveis selecionados por ordem crescente da distância de residência ao local da feira. -----

3.3. Outros feirantes até ao limite dos lugares disponíveis selecionados por ordem crescente da distância de residência ao local da feira.-----

3.4. Período de inscrição de 29 de agosto a 5 de setembro.-----

3.5. Documentos necessários à inscrição: Cartão de cidadão ou bilhete de identidade do titular do lugar de venda e, para os feirantes enquadrados em 3.2 e 3.3, comprovativo de residência.-----

3.6. Horário da feira: 08h:30- 16h:00.-----

3.7. Entrada e montagem das bancas: 5h:00 – 7h:30.-----

3.8. Desmontagem: 16h:00 – 17h:00.-----

3.9. Obrigatoriedade de recolha dos resíduos produzidos no local de venda.”

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto três, senhora Vereadora.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Em relação ao ponto três, já não estou tão feliz assim. Ou seja, em relação à localização e funcionamento da Feira Anual de S. Francisco, e depois de S. João e depois ao mercado municipal. Ora bem, embora eu não tenha uma visão absolutamente centralista em relação à cidade, e a cidade vai desde para lá da Sequeira até ao fundo das Lameirinhas, e mesmo para lá, existe um polo central, quer nós queiramos, quer não, que coincide com o centro histórico e coincide com uma parte, enfim mais, digamos, central. Acontece que, periféricamente as cidades normalmente têm zonas onde estão mais as pessoas que trabalham, que saem de manhã e que vêm para a cidade. Não vamos chamar-lhes dormitórios, porque a Guarda não tem dormitórios, mas tem zonas mais periféricas e mais centrais. E o que me parece, parece-me duas coisas: primeiro, que será menos interessante para a cidade, porque a grande maioria das pessoas que vão, que andam e que se mexem digamos, dentro da cidade, estão provavelmente numa parte mais

centralizada, mais para cima, digamos, por outro lado, parece-me que, o facto de ser, de se propor que essa localização seja na zona do Polis, não me parece de todo em todo ..., será sempre uma coisa provisória, presumo eu, e parece-me que de certa maneira vai desvirtuar aquilo que é a estrutura do Polis. Claro que não é no Polis, claro que é no parque de estacionamento. Vai-me dizer que existem muitas cidades que têm as suas feiras anuais, e as suas feiras semanais e as suas feiras quinzenais em parques de estacionamento, sim, mas o que me parece é que aquele ..., a mim e ao grupo do Partido Socialista, que este não é o local ideal. Perguntar-me-á se a Avenida Cónego Álvaro Quintalo da Cunha é..., não, e aliás chamar aquela zona Avenida Álvaro Quintalo da Cunha, é de uma pomposidade desajustada à situação. Aquilo é uma Rua desadequada à cidade, à sua localização e isso tudo. Mas o que eu penso é que, em relação à feira e em relação a essa localização, depois dessas realizações, seria preciso, e seria mais importante pensar estrategicamente em relação à cidade, num plano comum, onde é que será o melhor sítio para fazer. Pô-la agora no Polis e a seguir mudá-la não para onde, vai criar uma instabilidade e uma, enfim, uma noção de que as coisas não estão estabelecidas. -----

E eu penso que seria importante perdermos, a Câmara perder mais um mês, dois meses até estudar estrategicamente qual é o melhor local, qual é a beneficiação que temos que fazer, do que, pô-la agora ali, pô-la agora lá. Nós, sinceramente entendemos que colocar a feira e o mercado no Parque do Polis, não é a medida a tomar. Agora, estamos obviamente sempre abertos a colaborar na elaboração de um outro projeto, se assim formos chamados a tal. Pensamos, por exemplo, quando foi a Feira Farta, aquela localização parece-me uma localização muito boa para fazer, e até podia ser com carácter definitivo, mas isso é uma, opinião. Esta localização, nós não compartilhamos desta ideia.”-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Muito bem. Senhores Vereadores”. -----

-Vereador Vitor Amaral: “Nós vamos votar a favor e explico porquê, uma vez que a senhora Vereadora do PS também argumentou aqui.-----

A mim basta-me aqui um dado importante, não é a opinião minha, e creio que não é o senhor Presidente que está a impor que seja no Polis. Pelo menos ...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “De todo.”-----

- **Vereador Vitor Amaral:** “Eu vejo aqui, e só queria perguntar dos noventa e dois por cento dos feirantes que elegeu o Parque Polis, quantos é que foram ouvidos, podem ter sido ouvidos dois.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não. cento e catorze ou cento e doze.”-----

- **Vereador Vitor Amaral:** “Pronto, falta essa informação. Mas eu parto do princípio, partimos do princípio que ...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não. Está no relatório.”-----

- **Vereador Vitor Amaral :** “Está no relatório e, portanto, acho que o que está aqui em causa é garantir a qualidade do espaço que todos sabemos que o anterior espaço não tinha e, portanto, o facto de termos aqui um inquérito, diz-nos, rigorosamente qual é, digamos assim, o grau de satisfação dos participantes, porque se a feira for, e tivemos muitos episódios nos últimos anos, de desagradados e de insatisfações, eu acho que cabe ao Município, de facto garantir agora no imediato, uma situação que seja estável, ainda que concordando naturalmente com a senhora Vereadora, quando se deve pensar no plano estratégico. Mas às vezes perdemos o tempo a pensar num plano estratégico e nunca mais se fazem as mudanças. De modo que aqui, eu não estou a felicitar o senhor Presidente da Câmara, porque não foi ele que decidiu, olhe, eu agora gosto do Polis e fica ali no Polis, não, há aqui um inquérito e, portanto, nós em princípio, com princípio, portanto, estamos de acordo, porque é essa a opção também para os feirantes, tendo em conta os itens que estão aqui no relatório de, portanto, localização, piso, proximidade às casas de banho, acesso ao espaço por pessoas com mobilidade condicionada, a segurança que se refere à pronta prestação de socorro e ainda à limpeza. Portanto, considerando estes itens, e considerando o facto de terem feito o inquérito, nós não podemos estar contra e, portanto, achamos que esta proposta, pese embora com certeza que pode e deve haver no futuro um

pensamento mais estruturante sobre estas localizações. Mas no imediato, acho que esta solução, se de facto corresponde áquilo que é a melhor solução, a melhor qualidade, para os feirantes e para as feiras em causa, estamos de acordo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom ...” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Senhor Presidente, dá-me licença.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu queria então só pedir, e eu também li que tinha havido um inquérito relativamente à satisfação dos feirantes. Agradecia-lhe que me fizesse chegar o resultado desse inquérito se fosse possível.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Chefe de Divisão, o relatório está consigo? Pergunto eu. Depois enviamos por e-mail.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “Sim, por isso é que perguntei quantos é que foram ouvidos, porque isso é que é importante, quando eu disse...” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Não, não, são só resultados.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “Os resultados ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aquilo foram duas perguntas muito simples e muito diretas.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “Sim, sim, mas o senhor Chefe de Divisão anexar o total, nestes casos ...” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Evidente que o espaço onde está, onde estava é indigno.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, completamente.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Quer dizer aquilo não é nada.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É completamente, para todos.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Aquilo não é nada.”-----

- **Victor Amaral, Vereador:** “Porque aquilo deixa de ser ...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom, mas depois nós enviaremos.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Está bem.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “É um argumentar meramente político, aqui há uma ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas, sobre esta questão que nós propusemos há uns meses atrás, para a Feira de S. João, naturalmente foi mais uma experiência, foi uma experiência e resultou bem a experiência. E por isso é que estamos aqui hoje a propor o que estamos a propor. Depois deste inquérito que nós fizemos, noventa e dois por cento dos feirantes que elegeu o Parque de Estacionamento do Pólis, é o Parque de estacionamento, e a Feira de S. João, correu muito bem. Às cinco da tarde, cinco seis da tarde eu passei por lá ...” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Ainda lá havia gente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já havia menos. Aliás, perdão, já estava tudo a desmontar, e depois às sete da tarde estava tudo limpo, o que é muito importante, tudo desmontado, tudo limpo e, portanto, não havia.... Já agora isto sem embargo de depois se enviar por email aos senhores Vereadores. Obrigado. Ora bem, foram feitos cento e seis inquéritos, assim é que é.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “Cento e seis.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Cento e seis inquéritos.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “Quantos feirantes é que são no total, já agora?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, foi a totalidade. Foram cento e seis.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “É a totalidade?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Os cento e seis que participaram, foram inquiridos.”

- **Victor Amaral, Vereador:** “Sim, sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Foram inquiridos, e com um inquérito muito simples. Era o Parque de estacionamento do Parque Urbano do Rio diz ou a Avenida Cónego Álvaro Quintálo.” -----

- **Victor Amaral, Vereador:** “Sim, sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito simples, muito direto, para não haver dúvidas, naturalmente, tem de ser assim. E é claro que se eles responderam desta forma à um fator preponderante que tem a haver com a faturação também, no final do dia.” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Claro.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ganharam ou não ganharam dinheiro. E aquilo que estava a acontecer, na feira, na Avenida Cónego Quintálo, eu concordo plenamente consigo, que de Avenida só tem o nome, nada mais, o que estava a acontecer era que a feira estava a definhar continuamente e a maior parte dos feirantes já não ia lá. Isto, eu próprio fui visualizando isto ao longo dos meses, porque no inverno é frio, mas o frio é em qualquer local, mas aquele particularmente que é uma encosta virada a norte, onde o sol muitas vezes não dá no inverno. Chuva, lama, um lamaçal tremendo. No verão é o oposto, calor, mas calor há em todo o lado, mais o pó e a sujidade associada. E, por isso, é que nós propusemos aquele local, e resultou. E tanto resultou, que os feirantes pretendem que, noventa e dois por cento, pretende que seja mudado lá para baixo, porque é um espaço que está perfeitamente, permitam-me a expressão, acantonado, não prejudica em nada a cidade, o trânsito continua a fluir e, portanto, isso é muito importante. -----

E isto sem embargo, tal como nós temos vindo a dizer desde o início do nosso mandato, de se estudar uma outra solução, que nós continuamos a defender, mas esse caminho que nós estamos a fazer, para o Vale de S. Francisco. Mas para isso, é preciso ..., e o Vale de São Francisco está aqui ao lado, é no meio da cidade. Sem darmos conta está aqui ao lado. É preciso fazer um Plano de Pormenor, é um Plano de Pormenor que é preciso, Plano de Pormenor, Plano de Urbanização, o que quisermos, mas não deixa de ser um Plano de Pormenor. É preciso encontrar os fundos comunitários certos e fazer obra. E tudo isto, passam anos, demoram anos. E, por isso, é que a solução dita provisória que nós propomos, que nós encontramos, é o Parque de Estacionamento do Parque Urbano do Rio Diz. E devo dizer também que há muitos comerciantes que começam a pedir que uma das feiras passe para o

domingo. Nós ainda não quisemos propor essa decisão, queremos continuar a perceber se de facto será a melhor solução ou não. Até porque as feiras de hoje em dia, dos dias de hoje são diferentes das feiras que eram feitas há vinte ou trinta ou quarenta anos atrás. As pessoas, hoje em dia, durante a semana, têm muito menos disponibilidade para irem a feira, do que tinham há vinte, trinta, quarenta anos atrás, portanto, mas essa matéria deixaremos para outras núpcias, se me permitem a expressão.-----

Então, os senhores Vereadores do PSD, votam a favor, senhora Vereadora”. -----

- Adelaide Campos: “Voto contra. Deixe-me só acrescentar, se é possível, é que eu acho que nós Guardenses, e esta Câmara e esta Vereação tem que recomeçar a pensar na Guarda como um plano definitivo. Eu concordo que vai demorar algum tempo, mas tem que se começar a pensar estrategicamente esta do Vale de S. Francisco, é uma coisa que já se falou. -----

Falou-se durante a campanha, já se falou antes, e que é um sítio que está ali mais ou menos desaproveitado, mais ou menos sem interesse e que seria, também é uma Proposta boa e que se falou naquela altura e penso que sim.” -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Muito bem senhora Vereadora”. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com seis votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa, das senhoras Vereadoras Amélia Fernandes, Diana Monteiro, dos senhores Vereadores, Sílvia Massano, Isabel João e Vitor Amaral e com um voto contra da senhora Vereadora Adelaide Campos. -----

Ponto 4 - Conta Corrente Cauçionada a Contratar na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal - Carta de Conforto.-----

Sobre este assunto foi presente uma Proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n. ° 232 /2022

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

A Autarquia tem atribuições em matérias como Promoção do Desenvolvimento e Cooperação Externa. Estas áreas de intervenção frequentemente carecem de respostas integradas com vista à satisfação das necessidades inerentes. -----

Nesse sentido: -----

Os Municípios da Guarda e do Sabugal, responsabilizam-se solidariamente entre si e com a pro-Raia – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, pela responsabilidade desta e até ao montante máximo de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), na Conta Corrente Caucionada a contratar na CCAM da Região do Fundão e Sabugal, C.R.L.-----

Nesta conformidade, -----

Tenho a honra de submeter ao digno Órgão Executivo, para aprovação nos termos do disposto na alínea d) do artigo 3.º, alíneas m) e p) do n.º 2 do artigo 23.º, artigo 32.º e alínea u), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a “Carta de Conforto”, relativa à Conta Corrente Caucionada a contratar na CCAM da Região do Fundão e Sabugal, C.R.L, que se anexa.” -----

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

- Sérgio Costa, Presidente: Ponto quatro, senhora Vereadora”.-----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Ora bem, em relação à ...” -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Eu fiz questão, já agora, de trazer este ponto, porque parece que era usual, de quatro em quatro anos, o Presidente da Câmara em funções, e eu estive a ver documentos anteriores, desde dois mil e treze que eu verifiquei, que era haver aqui, digamos, um aval do Presidente da Câmara. Bom, mas eu também questionei, “mas o Presidente da Câmara tem legitimidade para fazer isso? Tem que ir à Câmara.” Esta instituição sabemos bem o trabalho que ela tem feito ao longo dos anos, um trabalho muito meritório, bom, mas tem estas dificuldades, e a banca, nesta matéria é eximia. E por isso é que a instituição pediu ao Município da Guarda e ao

Município do Sabugal para que pudesse subscrever, digamos, esta Carta de Conforto.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “E, esta situação tem a ver, eu, entretanto, fui-me informar em relação a isso, normalmente é quando existe a mudança dos quadros comunitários, que fica ali uma zona vazia em que poderá depois acontecer que os profissionais ficam sem possibilidade de serem ressarcidos dos seus trabalhos e assim, ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E isto é apenas uma ...” -----

- **Adelaide Campos:** “Eu também achei estranho e também fiquei assim à ...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E isto é apenas uma Carta de Conforto, não é nenhum pagamento, não. De todo.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Sim, sim.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aliás eu posso, eu quando recebi a comunicação, então, mas agora a Câmara vai pagar as contas?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Um ordenado à Caixa de Crédito Agrícola, já agora.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A primeira pergunta. e tem a haver com os Projetos que por vezes é preciso ter este tipo de contas caucionadas para fazer face a alguns dos pagamentos também e, portanto ...”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Sim, sim. Depois de ter estudado e ter lido, claro percebe-se perfeitamente, não há ..., sim, o nosso voto é a favor.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.”-----
Ponto quatro.” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Está aprovado, sim. Já agora Senhor Presidente, não tem a haver diretamente com esta, a minha colega estava a perguntar porque não sabe esta informação, portanto, esta conta caucionada e o facto de serem os dois Municípios é pelo facto de serem os dois Municípios cofundadores?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, só são estes.” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** "...da Pró Raia?" -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** "Só são estes mais nenhum."-----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "É só isso."-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** "Só há dois Municípios na Pró-Raia."-----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "Pronto, exatamente." -----
- **Adelaide Campos, Vereadora:** "É a Guarda e o Sabugal, é isso?" -----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "Mas já agora a Pró-Raia mantem-se no anterior espaço ou já ..." -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** "Não, não. A Pró-Raia está no Paço do BIU, onde foi a sede da Capital Europeia da Cultura -----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "Sim, sim." -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** "É ali que está, aliás votamos aqui até um contrato de comodato, para que eles pudessem ficar naquele espaço." -----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "Votamos aqui, foi." -----
- **Adelaide Campos Vereadora:** "É onde estava a Loja ..." -----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "Para cá ..."-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** "Não, não." -----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "Onde era antes a sede da CIM."-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** "Foi sede do Polis, do Programa Polis, depois mais tarde foi sede da CIM." -----
- **Vitor Amaral, Vereador:** "Da CIM." -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** "Depois foi sede da Capital Europeia da Cultura e agora é da Pro-Raia."-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

Ponto 5 - Rectificação da Proposta Apresentada no Leilão Electrónico de 27 de Julho de 2022.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro, do seguinte teor:-----

“Proposta VDM n.º 76/2022

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

- A Massa Insolvente da Confama - Confeções, Lda., através de leilão eletrónico promovido pela “Lusoparticipação Avalibérica, S.A.” colocou para alienação um prédio urbano, sito na Rua Relvas nº 5, Famalicão, destinado a armazéns e atividade industrial, composto por pavilhão para indústria com logradouro. Confronta a norte com António Gonçalves do Couto, a sul com João Pereira dos Santos, a nascente com caminho e a poente com João Xavier, com área bruta de construção de 1.500m² e de terreno 5.930m². O prédio está inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 770 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 95/19870505 da freguesia de Famalicão, concelho da Guarda;
- O Município teve conhecimento do leilão eletrónico, que se iniciou em 27 de junho de 2022 e terminou no dia 27 de julho de 2022, para o referido prédio urbano, destinado a armazéns e atividade industrial, sito na freguesia de Famalicão, concelho da Guarda, pelo valor de €168.000,00 (cento e sessenta e oito mil euros) e com valor patrimonial de €232.087,64 (duzentos e trinta e dois mil, oitenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos); -----
- O Regulamento do Leilão admite propostas de valor inferior ao valor base nas condições previstas no ponto 2.2., “*Não há impedimento à apresentação de propostas de valor inferior ao valor base de venda. Contudo, a adjudicação será feita à proposta de maior valor, reservando-se ao (à) Administrador (a) de Insolvência o direito de não adjudicar qualquer proposta, se estas forem inferiores ao valor base de venda, sendo que as ofertas abaixo do preço base, denominadas “Registo de Oferta”, têm a validade de 60(sessenta) dias, não podendo ser retiradas antes do referido prazo, sem prejuízo de poderem ser efetuadas outras diligências de venda no sentido de obter melhores resultados, sendo o ofertante informado, podendo melhorar a oferta apresentada.*”; -----

- Na data de termo do prazo do mencionado leilão, esta autarquia apresentou uma proposta de aquisição pelo valor de €70.000,00 (setenta mil euros);-----
- De acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, em circunstâncias, e no caso de, por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada, após a sua prática, sob pena de anulabilidade; -----
- Existe dotação orçamental na rubrica 010207010307, para o efeito – 1.1.1 2022/55– Aquisição de Edifícios. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

- 1. Ratificar a proposta apresentada no dia 27 de julho de 2022, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, retroagindo os efeitos de ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo; -----**
- 2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para outorga da escritura, caso o imóvel seja adjudicado ao Município da Guarda. Caso o imóvel seja adjudicado ao Município, o pagamento de 5% do valor de aquisição, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, à Lusoparticipações Avalibérica S.A., referente aos serviços na promoção e venda do imóvel, conforme previsto na alínea b) do ponto 4.1. do Regulamento do Leilão.”---**

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Ponto cinco, senhora Vereadora”. -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Ora bem, em relação ao Ponto cinco, foi com alguma perplexidade que nós lemos e, enfim, tentamos perceber o que é que se passava. Portanto, isto é um documento que tem a haver com a aquisição de um

imóvel que se encontra em Famalicão da Serra, que está avaliado com valor patrimonial de duzentos e trinta dois mil euros, cuja proposta de aquisição é por setenta mil, e a nossa pergunta, as nossas perguntas, são: que disparidade é esta? Em princípio, quer dizer, se tem este valor patrimonial porque é que é vendida por isto. E depois, qual é a utilidade que a Câmara, que tem tanto onde gastar dinheiro, nomeadamente no Centro Histórico, nomeadamente na reabilitação de tantas coisas que há para fazer, qual é a importância e qual é o sentido que vai ser dado a este, a este imóvel.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores alguma questão?” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Vou esperar pela resposta, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não, eu respondo no final.” -----

- **Vitor amaral, Vereador:** “Bom. Nós achamos que, mesmo não estando aqui, nesta Proposta, aquilo que a senhora Vereadora está a perguntar, porque evidentemente é uma questão pertinente, isto há um investimento público, num equipamento desta natureza, que está, pronto, está desativado, infelizmente, pelo encerramento de uma empresa, infelizmente, colocou Famalicão como uma das aldeias com mais desempregados inscritos no Centro de Emprego, isso é preciso ter a noção. -----
E, portanto, eu como princípio acho que os meus colegas comungam disto, como princípio, se esta aquisição, à semelhança de outras que a Câmara já tentou fazer, nomeadamente na Freguesia dos Trinta, e outras, na linha do que me parece ser no âmbito da política da economia deste Executivo, uma descentralização de áreas económicas para zonas rurais, eu prefiro ver este investimento do que ver investimentos mortos como, campos de futebol, ou aqueles cogumelos que se repetiram durante anos e depois estão mortos e são elefantes brancos. Portanto, eu estou de acordo, desde que, e estou á vontade para falar porque esta é a minha terra, e falarei da mesma maneira como se não fosse. Portanto, a nossa responsabilidade é pública, e temos que zelar pelo interesse público, pela salvaguarda do investimento que se está a fazer. -----

Se, de facto, este investimento se destina a permitir uma utilização futura, oxalá que daqui à manhã apareça uma empresa que se queira instalar em Famalicão da Serra, e que possa de alguma forma reativar o emprego naquela localidade, porque é trágico, aliás sobre o ponto de vista social, essa questão do desemprego criou situações, creio que o senhor Presidente, a senhora Vice-Presidente que tem a área social saberá disso. Famílias destruídas e socialmente muito debilitadas e, portanto, há ali uma situação social complicada. -----

Ora claro que se este investimento for para ficar ali parado mais um par de anos, naturalmente que é questionável, é questionável. Eu quero acreditar, e por isso o meu voto, e as minhas colegas estão á vontade para votar como entenderem, em consciência, o meu voto é favorável, acreditando que este investimento, que esta aquisição, se vier a acontecer, porque o Município está a fazer, está a participar num leilão, se vier a acontecer, se se vier a concretizar, que ela possa ser, de facto, uma oportunidade, para, localmente, a Junta de Freguesia fazer o seu trabalho, ou privados, a atracção de privados de modo a que aquele espaço possa vir a ter utilidade, porque agora não o tem. -----

E, portanto, acho que é um investimento que na linha ..., eu também não sou ..., defendo exactamente essa aposta nos nossos territórios chamados de baixa densidade, as nossas aldeias, portanto acho que o Município tem verbas para investir no Centro Histórico, para a ... tem, isso uma coisa não tira o lugar a outra. Portanto eu estou de acordo, senhor Presidente, acreditando que este investimento se vier a acontecer, esta aquisição, ao mesmo tempo que não seja apenas, vamos comprar e fica fechado, seguramente que isso entrará naquilo que o senhor Presidente já anunciou, de ser, portanto, haver aqui uma estratégia de investimento nalgumas zonas, no meio rural, que possam vir a criar polos, pequenos polos, e há, um conjunto de oportunidades aí pela frente, seguramente, para que, oxalá que sim, naturalmente, não sou eu que estou a prever, oxalá que venham a acontecer, de modo que por esse aspeto eu estou de acordo, porque acho que isso é uma pequena esperança que se coloca com esta

aquisição de modo a que o edifício não fique ali, portanto, a ser mais um, e portanto, nessa perspetiva eu voto favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Duas questões então. Bom, se for a questão da avaliação, senhora Vereadora, isso são mesmo aquelas coisas que ninguém consegue perceber. Se reparar a avaliação dos nossos técnicos é de cento e quarenta e nove mil euros, o valor patrimonial são os duzentos ...” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Duzentos e trinta e dois mil euros.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Que referiu. O valor que estava à venda é outro, mas, nós aqui quisemos ir com toda a segurança, tal como já tínhamos ido na questão dos Trinta, também”. -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Sim, sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E nós apresentamos o valor e estamos à espera da sua validação, por parte da leiloeira, porque não podemos andar a fazer gastos desmesurados sem necessidade. E se nos for vendido pelos tais setenta mil euros, ótimo. E nós não podemos ficar de braços cruzados à espera de ver as coisas acontecer. Sobre esta fábrica, a antiga CONFAMA, já muito se falou nos últimos dois ou três anos. Tanto se falou e nada se fez. Pela razão A, pela razão B, pela razão C. Se havia investidores que a certa altura estavam interessados, depois deixaram de estar interessados. Bom, infelizmente é o pão nosso de cada dia no nosso País, nesta área concreta do sector têxtil. -----

E aquilo que nós pretendemos fazer em Famalicão da Serra, tal como pretendíamos fazer nos Trinta, o leilão dos Trinta, falamos aqui há uns meses atrás, a certa altura no leilão daquela antiga fábrica dos Trinta já estava a haver o despique de valores, especulação imobiliária e o Município da Guarda saltou fora. Retirou-se do leilão, imediatamente a seguir. Ora o que não foi o caso aqui. E, por isso, e com as boas experiências que nós já temos no Concelho e em articulação com os agentes locais, designadamente a Junta de Freguesia e outros, procurar soluções, para que aquele espaço possa servir para que ali se possam localizar, se possam incubar, como

quisermos, algumas microempresas, pequenas empresas, o que for, tal como nós o queríamos fazer nos Trinta. -----

Veja só: um projeto simples e que também, mas também custou algum dinheiro naturalmente, para que o centro de recursos partilhados da aldeia dos Trinta, onde eu também participei e o senhor Vereador também participou há uns anos atrás, tem-se revelado um sucesso, com microempresas, e nós temos que ajudar a alavancar. Se se localizarem meia dúzia de microempresas neste local, ao longo do tempo, é bom, estamos a falar em seis postos de trabalho diretos, eu estou a falar em tese, não sei se são seis, se são dez, se são dois se são três, estou a falar em tese. Automaticamente as respetivas famílias têm a sua subsistência no local e este é o princípio que nós defendemos na nossa campanha eleitoral, defendemos no nosso programa eleitoral e estamos a colocar em prática no terreno. Sempre que haja essa oportunidade e que haja esses espaços, porque construir novos espaços, não faz sentido e o custo é muito elevado. Para construir novos espaços, agora, reabilitar espaços e readaptar espaços, o valor é muito, é muito inferior, e digamos assim, por isso é que nós trazemos aqui esta proposta à Reunião de Câmara. Senhora Vereadora?”-----

Adelaide Campos:” Diz-me então o senhor Presidente que há estudos ou vontades, ou ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Há princípios.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Princípios para ...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O princípio é exatamente o mesmo, conforme fizemos para os Trinta há uns meses atrás, estamos agora a fazer para Famalicão, e o futuro a Deus pertence.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Exatamente, pronto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sempre com equidade.”-----

- **Adelaide campos, Vereadora:** “Enfim, eu vou alterar de certa maneira aquilo que era a nossa vontade, o nosso pensamento inicial, e vamos votar favoravelmente.”---

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador?”-----

Vitor Amaral, Vereador: “(...)”. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

Ponto 6 - Conservação de Pavimentos - Liberação Parcial da Caução.-----

Sobre este assunto foi presente uma Proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 234/2022

(Mandato 2021 – 2025)

Considerando que: -----

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, foi efetuada a vistoria à empreitada, para efeitos de liberação parcial da caução e elaborado o respetivo auto de vistoria, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, tendo-se verificado que: -----

a) Os trabalhos se encontram executados em conformidade com as obrigações contratuais e legais do empreiteiro; -----

b) Inexistência de defeitos da obra, da responsabilidade do empreiteiro. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo aos factos apresentados no auto de vistoria em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 5 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, a liberação da caução em 15%, considerando ser o quarto ano, após a receção provisória parcial final da empreitada, ocorrida a onze de maio de dois mil e dezoito.”-----

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O ponto seis e o ponto sete são semelhantes é um Proforma legal da Liberação de caução. Senhora Vereadora?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.” -----

- **Vitor amaral, Vereador:** “Sim, sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E o ponto sete presumo que da mesma forma?” -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Sim.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

Ponto 7 - Execução da Estação Elevatória de Águas Residuais em Corujeira (Subsistema de Saneamento de Pêro Soares - Guarda) - Liberação Parcial de Caução.-----

Sobre este assunto foi presente uma Proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 233/2022

(Mandato 2021 – 2025)

Considerando que: -----

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, foi efetuada a vistoria à empreitada, para efeitos de liberação parcial da caução e elaborado o respetivo auto de vistoria, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, tendo-se verificado que: -----

a) Os trabalhos se encontram executados em conformidade com as obrigações contratuais e legais do empreiteiro; -----

b) Inexistência de defeitos da obra, da responsabilidade do empreiteiro. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo aos factos apresentados no auto de vistoria em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, a liberação da caução em 60%, considerando ser o segundo ano, após a receção provisória da empreitada, ocorrida a vinte de fevereiro de dois mil e vinte”.-----

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

Ponto 8 - Passadiços do Vale do Mondego, Lote 1 - Prorrogação de Prazo. -----

Sobre este assunto foi presente uma Proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 236/2022

(Mandato 2021 – 2025)

Considerando que, -----

1 – A empreitada de obra pública foi adjudicada à empresa Carmo - Estruturas em Madeira S.A., pelo valor de 1.257.227,57€+IVA e com um prazo de execução de 360 dias, tendo sido prorrogado o prazo por mais 435 dias, com o termo final do contrato no dia 22 de julho de 2022; -----

2 – Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, existe a necessidade de enquadrar legalmente os trabalhos de conclusão da empreitada no sentido de não serem comprometidos os financiamentos comunitários;-----

3 – Devido às restrições de realização de trabalhos na época de incêndios, houve repercussões na execução dos trabalhos. -----

Considerando ainda que, -----

4 – A empresa encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos;-----

5 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos; -----

6 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo conseqüentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo à informação da fiscalização da obra em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

– Aprovar a prorrogação de prazo de 40 dias, até ao dia 31 de agosto de 2022, conforme proposto pela fiscalização da obra, e de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto oito e nove, digamos assim. Senhora Vereadora?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Ora bem, aquilo que eu tenho a dizer em relação a isto é que, os Passadiços passaram a ser uma moda, muito bem, e os Passadiços do Mondego, especialmente na parte, que para mim são mais visíveis, que é naquela descida do Vale, são maravilhosos e têm um trajeto maravilhoso e, agora a questão é a seguinte: e eu já falei disso uma vez, em duas reuniões em que estive aqui em substituição do senhor Vereador Luis Couto, que é esta situação repetida e nunca alterada de, fazer sempre adiamentos e fazer sempre prorrogações de prazos. -----

Ora bem, isto começou por ser um Projeto para um ano, trezentos e sessenta dias, depois foi prorrogado por mais quatrocentos e trinta e cinco, agora, depois, passaram mais três ou quatro meses, e agora por mais quarenta dias. Como é evidente, existe uma responsabilidade da Câmara, existe uma responsabilidade de todos nós, e uma expectativa da cidade em relação aos Passadiços que nós não podemos defraudar. Agora que isto de facto é uma coisa que eu acho que tem que acabar, em relação às adjudicações que se fazem, acho, porquê? -----

Muitas empresas dão valores baixíssimos, valores muito competitivos e depois chega a hora faz uma prorrogação por isto ou por aquilo, durante os dois anos anteriores era por causa da pandemia, sim, agora será porque a pandemia fez parar as produções. Quer dizer, acho que isto tem que ser terminado, é preciso responsabilizar, do meu ponto de vista, as empresas em relação a estes atrasos sistemáticos da conclusão das obras a que se propõem, portanto, basicamente era isso que eu queria dizer. -----

É evidente que isto vai ter que continuar, mas esta empresa que está a construir os Passadiços do País inteiro, ou pelo menos de uma grande parte do País, é evidente que não pode construir tudo, é evidente que vai ter que deixar uns ou outros, presumo que não haja nenhuma questão em relação à Câmara, mas, é evidente que há algum desconforto da nossa parte em relação à situação. percebemos que tem que ser pago

e tem que continuar, mas, é muito mau que uma obra que estava prevista para um ano, já esteja quase em três.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador?” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “A minha colega vai fazer aqui uma pergunta.” -----

- **Isabel João, Vereadora:** “Boa tarde a todos, também é a primeira vez que estou, que estou nesta assembleia. Senhor Presidente, eu só tinha aqui duas questões a colocar, e se me permitem, o ponto oito e o ponto nove, tal como o senhor Presidente referiu no ponto cinco, havia pontos iguais, portanto acho que, se não se importam, falarei como um só apesar de serem dois lotes distintos. -----

É claro no relatório da fiscalização apresentado em anexo que não tem qualquer custo para o Município, esta prorrogação de prazo, mas tem um custo indireto para o Município, ou seja, no sentido do que disse a senhora Vereadora, vem trazer uma má imagem, estas prorrogações, aliás, já vamos na prorrogação número seis, portanto, uma é a número seis, são as duas a número seis, do lote um e do lote dois, ou seja, não traz segundo a fiscalização aqui diz, será uma prorrogação graciosa, é correto não é senhor Presidente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim.” -----

- **Isabel João, Vereadora:** “Pronto, é uma prorrogação graciosa, não traz custos diretos para o Município, apenas corroborar o que disse a senhora Vereadora, que em termos de imagem para os munícipes, e todos nós sabemos que as obras têm atraso, eu ando no mundo das obras, portanto, eu posso afirmar que isto, infelizmente é algo comum, mas pronto, saber também qual é o plano de recuperação uma vez que o atraso já é tão grande, se existe algum, não nos foram disponibilizados outros documentos, qual é o plano de recuperação, e o prazo previsto para o término, porque o plano de trabalhos tem que ser adequado a estas prorrogações. Obrigada.”.

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, alguma coisa senhor Vereador?” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Sim, sim, só uma pergunta simples, o senhor Presidente tinha anunciado que seriam abertos os Passadiços no verão, só pergunto se há uma data para a inauguração.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom. Muito obrigado. -----

Nós não podemos passar uma borracha sobre aquilo que se passou desde o dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezanove. Data da consignação desta obra. Nos tomamos posse a dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, não me enganei na data pois não, senhoras vereadoras não me enganei na data. -----

No período que antecedeu a nossa tomada de posse, nós não nos responsabilizamos por aquilo que passou, naturalmente, e desde o dia dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, os Passadiços executaram-se, Engenheiro Horácio um terço do que faltava fazer, um terço, faltava um terço, agora do que se passou para trás de dezasseis de outubro, nós não nos responsabilizamos e não queremos comentar isso, não queremos falar sobre isso, acho que não devemos falar sobre isso, mas se tivermos que falar, falaremos sobre isso. -----

A obra está praticamente pronta, e podem ler no parecer da fiscalização, que está aqui, o porquê deste atraso neste momento, o risco de incêndio. É proibido trabalhar lá, naquela zona. -----

Só para terem ideia, chegaram-me a questionar, mas mesmo assim podem-se continuar os trabalhos. Eu não assumo isso, porquê? Porque estamos a falar, o trabalho com rebarbadoras, com, em elementos metálicos, e naquela zona, qualquer faúlha pode ser suficiente para iniciar um incêndio. E o Município da Guarda jamais poderia assumir isso e, por isso, é que os trabalhos tiveram parados, única e exclusivamente, devido ao risco de incêndio senão já estavam prontos há muito tempo. -----

E os únicos trabalhos que faltam fazer é acabar a montagem das pontes, isto nos Passadiços, já lá vamos ao resto. No Passadiço, propriamente dito, falta apenas finalizar a montagem das pontes. Elas já estão em parte, umas estão, outras não estão

e, portanto, e por isso é que vem esta prorrogação aqui. Mas os Passadiços não estão, digamos que o projeto Passadiços, não está todo aqui. Como sabemos, e quando nós tomamos posse em dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, não estavam licenciados caminhos de acesso, não estavam licenciadas casas de banho, as zonas de estar, nada disso estava licenciado. E nós iniciamos o processo do zero, falamos com as entidades, fizemos os quilómetros, aqui, ali, fomos bater às portas, e eis senão quando, conseguimos o licenciamento dos caminhos de acesso, a empreitada está a decorrer. É uma empreitada de pouca complexidade técnica, é arranjos de caminhos com *toutvenants* e afins, com as travessias para desvios das águas, de algumas infraestruturas enterradas, tudo licenciado e está em curso. Portanto, essa obra de pouca complexidade técnica, esperemos que não demore muito a ser executada. Isto o ponto número dois. Ponto número três, as casas de banho, as zonas de estar e as zonas de arrumos a localizar em quatro locais, em Videmonte, ao fundo da Aldeia dos Trinta, junto à ponte do Fojo, em Vila Soeiro, junto à “Praia” de Vila Soeiro, e junto à Barragem do Caldeirão, nada estava licenciado, foi o processo que nós iniciamos. -----

Aqui demorou mais e custou mais, convencer as entidades e tratar as coisas da forma certa e adequada, conseguimos o licenciamento, a empreitada já veio aqui à Reunião de Câmara para ser aberta, o Concurso está a decorrer. Mas este concurso vai demorar mais tempo, por razões óbvias, estamos agora em agosto, depois a entrega dos materiais, das madeiras, mas nos já temos uma solução provisória, para casas de banho, que é colocar lá um contentor, provisoriamente, que ninguém nos vai impedir, até que sejam colocadas as outras em madeira, de acordo com os licenciamentos. E este é o estado da arte dos Passadiços do Mondego. Ainda haverá uma outra situação que ainda está em licenciamento. -----

Como? Não. Os parques de estacionamento, a forma como nós já dialogamos vai ser muito simples de fazer. É tudo em terra, não há pavimentos nos parques de estacionamento, portanto, balizando com pedra ou com postes de madeira e com

cordas, é muito simples de fazer os parques de estacionamento, é limpeza, alguma terraplanagem e pouco mais. -----

Mas outra situação que não está ainda licenciada e estamos a fazer esse caminho, tem a ver com a requalificação do miradouro do Mocho Real e a chegada dos Passadiços à ponte da Mizarela, isto não está licenciado, tal como uma outra situação que tem a ver com o Slide, isto não está licenciado. Estamos a fazer esse caminho. Bom, mas não podemos estar à espera de fazer esse caminho da floresta toda. Assim que haja as condições mínimas para abrir os Passadiços, serão abertos, e que esperemos que aconteça até ao final do verão. Haverá sempre outros complementos, e que são feitos, em paralelo, depois com a obra, com o projeto aberto, com os Passadiços abertos e para as pessoas poderem andar ali, desde que haja condições de segurança, até porque esses trabalhos são sempre feitos numa zona à parte e podem sempre ser feitos, digamos, a separação dos fluxos de pessoas nos passeios turísticos, da obra, digamos assim. E este é o estado da arte dos Passadiços do Mondego.” ----

- **Isabel João, Vereadora:** “Só uma questão senhor Presidente, estas duas prorrogações de prazo, portanto acho que fui esclarecida, penso que os meus colegas também, pergunto só, vão implicar no caminho crítico da empreitada, no seu todo?”.

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, o caminho crítico já foi ultrapassado há muito tempo, não foi agora.” -----

- **Isabel João, Vereadora:** “Obrigada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Há muito tempo que o caminho crítico já foi ultrapassado. Esta obra tinha um prazo... Engenheiro Horácio, inicialmente o prazo era de quanto? Um ano?” -----

- **Horácio Brás, Chefe de Divisão:** “(…).” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Foi consignada no dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezanove, estamos em meados de dois mil e vinte e dois. Já aqui discutimos há uns meses atrás, noutra prorrogação, discutimos, e os trabalhos complementares do que estava, aliás, há duas Reuniões de Câmara atrás até

aprovamos aqui, num dos lotes, quase duzentos mil euros de trabalhos a menos, numa das empreitadas, porque havia coisas que já não faziam sentido neste momento, estarem a ser feitas, ou serem fornecidas e, portanto, este, grosso modo, é o estado da arte dos Passadiços do Mondego. Sentido de votação senhora Vereadora?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Vamos lá ver, isto tem que ser feito não é (...), os Passadiços não vão ficar a meio e a empresa não se vai embora a dizer que não tem (...), apesar disso, dado que isto é uma situação tão grosseira, do ponto de vista da empresa, que o meu voto poderia ser outro, de qualquer maneira, atendendo a que reconheço que a Câmara não tem qualquer espécie de responsabilidade nisso, a não ser num futuro evitar que isso possa tornar a acontecer, vamos votar favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhoras e senhor Vereador?” -----

- **Isabel João, Vereadora:** “Nós votamos favoravelmente o ponto oito e o ponto nove.” -----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Senhor Presidente faltou só, portanto, depreendo que os Passadiços não abrem, entretanto, não há condições para abrirem no verão.” ----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Enquanto, o que nós sempre dissemos foi que nós não abriríamos sem as condições mínimas de segurança e de higiene. Quando estiverem, ..., esta questão das pontes, isto facilmente se resolve, esperamos nós. Quando estiverem os caminhos de acesso prontos, ou a noventa por cento da sua execução, que haja trabalhos que não impliquem com o fluxo de pessoas bem como as casas de banho, ainda que sejam provisórias, colocadas no local, aí os Passadiços abrem, esperemos que possa acontecer até ao final do verão. Estamos a correr contra o tempo e a recuperar o tempo perdido. É isso que nós estamos a fazer.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

Ponto 9 - Passadiços do Vale do Mondego, Lote 2 - Prorrogação de Prazo. ----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 237/2022

(Mandato 2021 – 2025)

Considerando que, -----

1 – A empreitada de obra pública foi adjudicada à empresa Floponor – Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A., pelo valor de 1.466.483,37€+IVA e com um prazo de execução de 360 dias, tendo sido prorrogado o prazo por mais 435 dias, com o termo final do contrato no dia 22 de julho de 2022; -----

2 – Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, existe a necessidade de enquadrar legalmente os trabalhos de conclusão da empreitada no sentido de não serem comprometidos os financiamentos comunitários;-----

3 – Devido às restrições de realização de trabalhos na época de incêndios, houve repercussões na execução dos trabalhos. -----

Considerando ainda que, -----

4 – A empresa encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos;-----

5 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos; -----

6 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo conseqüentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo à informação da fiscalização da obra em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

– Aprovar a prorrogação de prazo de 40 dias, até ao dia 31 de agosto de 2022, conforme proposto pela fiscalização da obra, e de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente ficam arquivados nos Serviços.-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Octávio Lúcio Morgado dos Santos Duarte, Técnico Superior, que a subscrevi.-----